



Conselho Provincial de Luanda

### ACTA N.º 4/2012

A 01 de Agosto de 2012, na sede da Ordem dos Advogados de Angola, sita em Luanda, na Rua Ho Chi Min, Edifício da Direcção Nacional de Estatística, pelas 15H00, realizou-se a terceira reunião ordinária do Conselho Provincial de Luanda (CPL).

A reunião, presidida pela Dra. Mariza Sequeira, na qualidade de Presidente deste Conselho, contou com a presença dos seguintes membros:

- Dr. António Joaquim;
- Dr.ª Anabela da Silva Bengue
- Dr. Aldemiro Morais
- Dr.ª Dejanine Sousa Santos.
- Dr. Evaristo Maneco;
- Dr.ª Helena Prata;
- Dr.ª Idalette de Sousa;
- Dr. Luís Martinho Lunga.

#### Ausências:

Dr. Flaviano Mafiló (justificada)  
Dr.ª Leniza Sampaio (justificada)  
Dr. Gracione Paulo (Justificada);

A reunião teve a seguinte proposta de ordem de trabalhos:

1. Aprovação da acta da reunião anterior;
2. Avaliação do grau de execução das deliberações tomadas na última reunião;
3. Análise e deliberação sobre participações disciplinares contra advogados;
4. Análise de processos de inscrição de advogados;

5. **Agendamento e criação de condições da próxima Cerimónia de entrega de títulos Profissionais a Advogados e Advogados Estagiários;**
6. **Diversos.**

Aberta a reunião e submetida a proposta de ordem de trabalhos, foi a mesma aprovada sem qualquer alteração. Passando imediatamente para a discussão dos pontos insertos na ordem de trabalhos, foram tomadas as seguintes deliberações:

1. Neste ponto os membros aprovaram com ligeiras alterações a acta da reunião anterior, que depois de assinada deverá ser arquivada na Secretaria do CPL;

2. No que toca a este ponto ficou assente a execução de todas as deliberações. Entretanto, foram prestados alguns esclarecimentos relativamente a algumas das deliberações:

a) Sobre o processo do falso advogado, os membros foram informados pela presidente do CPL que a OAA se constituiu assistente no processo, estando a acompanhá-lo o Dr. João Manuel.

b) Relativamente à questão do Advogado Estagiário, Dr. Waldemar Freitas - mudança de patrono por mais de duas vezes – após explicação da Dr<sup>a</sup> Anabela da Silva, o Conselho deliberou no sentido de obter informações do Dr. Eusébio Rangel a respeito do estágio efectuado pelo Dr. Waldemar no seu escritório;

c) No que diz respeito à carta da Juíza Iracema de Azevedo, após esclarecimento prestado pelo Dr. Evaristo Maneco, sobre as diligências por si efectuadas, o CP deliberou no sentido de se responder a Meritíssima juíza, incumbido o mesmo Dr. Evaristo Maneco como relator da carta.

d) Sobre a sociedade comercial JUSLEGAL, o CP deliberou no sentido de ser a OAA a tomar iniciativa de requerer a anulação parcial do objecto social da mesma, devendo para o efeito encaminhar ao Sr. Bastonário a respectiva peça para assinatura.

3. Neste ponto o Conselho Provincial começou por analisar a participação do cidadão Luís Pedro Maria contra o Advogado Jorge de Oliveira Meira, tendo deliberado o arquivamento do processo, indicando o Dr. António Joaquim para elaborar uma resposta ao participante;



Sobre a participação da PGR contra a Advogada Ernestina Francisco, o CP após uma análise profunda, entendeu não haver qualquer falta de urbanidade da parte da colega, tendo deliberado o arquivamento do processo, mas sem prejuízo de endereçar uma resposta à PGR, indicando para o efeito como relatora a Dr<sup>a</sup> Helena Prata;

Quanto à informação do cidadão Mateus Ferreira contra o Advogado Eder Igídio Ferreira, a deliberação do CP foi no sentido do arquivamento do processo, chamando no entanto a atenção do colega para as falhas cometidas. Foi indicada a Dr<sup>a</sup> Anabela Silva para execução desta deliberação.

Ainda em relação ao mesmo advogado, o CP analisou uma carta subscrita pela sua Patrona, Dr<sup>a</sup> Graça Pitra, tendo indicado a Dr<sup>a</sup> Helena Prata para elaboração da resposta à mesma.

Sobre a participação do cidadão Hélio Ribeiro contra o Advogado Miguel Fernandes, o CP deliberou no sentido da instauração de um processo disciplinar, não só pela sua atitude em relação ao cliente mas, também, por ter faltado com a verdade ao CP, como instrutor foi indicado o Dr. António Joaquim.

Quanto à informação do cidadão Francisco João António Andrade, contra o Dr. Luís Carlos, foi indicado o Dr. António Joaquim para pedir ao colega um relatório minucioso sobre os passos já dados no processo que lhe foi encaminhado pela OAA no âmbito da assistência judiciária.

4. O Conselho Provincial analisou a carta subscrita pela Dr<sup>a</sup>. Tatiana Lovissa Paredes Barbosa Van-Dúnem e deliberou no sentido de responder à carta, indicando a Dr<sup>a</sup> Dejanine Santos como relatora.

Neste ponto o CP debruçou-se sobre os advogados inscritos como estagiários há mais de 3 anos, sendo que deliberou no sentido de se iniciar o envio de cartas aos que se encontrem nessa condição, cancelando-lhes o estágio.

5. Na análise deste ponto, após uma breve retrospectiva sobre as últimas cerimónias de entrega de cédulas, o CP entendeu que se deverá, a partir da próxima cerimónia, emprestar maior solenidade e melhor organização. Assim, deliberou no sentido de se localizar um outro, ou outros espaços para a referida cerimónia, dado o crescente número de licenciados.

6 Neste ponto foram analisadas várias questões.

- a) Pedido de processos cíveis pela Dr.<sup>a</sup> Sandra Rocha, para a conclusão do seu estágio, na qual solicita que os expedientes sejam endereçados à Universidade Metodista, endereço diferente do seu patrono, Dr. Carlos Freitas, sendo que o Conselho Provincial deliberou no sentido de responder a sua carta, indeferir o pedido já que o endereço do estagiário é do patrono. Entretanto caso queira os processos poderão ser remetidos para este endereço, devendo a requerente confirmar tal pretensão.
- b) Análise do caso da Dr.<sup>a</sup> Miriam, ex-estagiária do Dr. Alexandre Pegado... o C.P deliberou no sentido de suspender o estágio da advogada, instaurar um processo disciplinar, solicitando para o efeito ao Dr. Alexandre Pegado o envio dos factos disciplinares a que fez referência na sua carta. Como instrutor do processo foi indicado o Dr. Aldemiro Moraes. O Conselho deliberou ainda a indicação de um novo advogado para o constituinte da referida advogada estagiária.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada quando eram 18H20, tendo sido lavrada a presente acta que, após aprovação, vai assinada pela Presidente.

A PRESIDENTE

  
Mariza Sequeira